

# A TERRITORIALIDADE E OS CONFLITOS DA PESCA ARTESANAL NA COLÔNIA Z4 - BARRA VELHA/SC<sup>1</sup>

*The territoriality and conflicts of the artisanal fishing in Z4 Colony - Barra Velha/SC*

**Cristina Buratto Gross Machado<sup>1</sup>**  
**Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>**Universidade Estadual do Centro-Oeste**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**  
Campus CEDETEG, Guarapuava - PR, CEP 85040-080  
cris\_buratto@yahoo.com.br  
marquiana@unicentro.br

## RESUMO

O texto que apresentamos neste ensaio está diretamente vinculado ao nosso interesse em entender como algumas práticas, tidas como tradicionais, sobrevivem à modernização e são expressas na paisagem por um mosaico de artefatos e ações que contraditoriamente, integram o novo e o velho num mesmo lugar. Abordamos esta complexa temática por meio da pesquisa junto aos pescadores artesanais da Colônia Z4 de Barra Velha/SC. Para tanto, optamos pela metodologia qualitativa, por meio de entrevistas, observação simples e análise documental. Esses sujeitos que tradicionalmente ocupam este espaço, com a chegada do turismo e da pesca industrial a partir dos anos 1960, perderam parte de seu território, mas por meio de suas tradições, têm resistido ao processo de desterritorialização. Resistem porque dependem daquele território como base de subsistência e também por possuírem valores e vínculos com o lugar. Entretanto, os diferentes conflitos socioambientais vinculados diretamente ao processo da disputa por território, são, via de regra, os principais fatores que comprometem a permanência e reprodução social deste grupo de pescadores.

**Palavras-chave:** Pescadores artesanais. Território. Tradição. Modernização.

## ABSTRACT

The text presented in this paper is directly related to our interest in understanding how practices seen as traditional, survive to the modernization and are expressed in a mosaic landscape of artifacts and actions, which paradoxically integrate at the same place old and new things. We study this complex issue through research with artisanal fishers along the Z4 Colony Barra Velha/SC. To this end we chose a qualitative methodology using interviews, simple observation and documental analysis. Those people who traditionally occupy this space, with the arrival of tourism and fishing industry from the 1960s, have lost part of its territory, but through their traditions have withstood to the deterritorialization process. They resist because its territory is their life support and because they have links and values in this (and to the) place. However, the different environmental conflicts directly linked to the competition process for territory, are the main factors that impair the permanence and social reproduction of the fishermen group.

**Keywords:** Artisanal fishermen. Territory. Tradition. Modernization.

## 1 INTRODUÇÃO

A Colônia de Pescadores Artesanais Z4, localizada na Praia Central do município de Barra Velha, Santa Catarina (Figura 01), tem sua formação ligada à vinda de imigrantes Açorianos para o Brasil, em 1812, a fim de criar no local uma Armação Baleeira, a qual teria por objetivo, a caça das baleias para explorar economicamente a gordura, com vistas à produção de óleo. Devido ao naufrágio da embarcação que trazia o equipamento necessário para a produção de óleo de baleia, o

projeto foi inviabilizado e a Armação Baleeira não foi criada. Mesmo assim, esses imigrantes abateram algumas baleias e improvisaram uma pequena produção de óleo para enviar à Corte no Rio de Janeiro.

Com a tentativa frustrada de implantação da Armação, a sua fixação no local e a necessidade da busca de subsistência. Eles passaram a se dedicar à pesca artesanal, dando início ao que contemporaneamente é conhecida por Colônia Z4<sup>2</sup> e à vila que resultou na cidade de Barra Velha. Duzentos anos se passaram, e desde então, muitas transformações tem ocorrido na cidade de Barra Velha, como também no território dos pescadores artesanais.

Os colonos Açorianos deram início a construção do município, que se desenvolveu ao longo dos anos na área originalmente por eles ocupada. Deixaram muitas marcas de sua presença na paisagem, na vida dos pescadores (muitos são seus descendentes), bem como, na cultura do município.

O saber-fazer da pesca artesanal na Colônia é oriundo das tradições e técnicas herdadas dos indígenas da região, mescladas às experiências e práticas destes Açorianos. Atualmente, a pesca artesanal possui algumas mudanças em relação às condições técnicas, porém não perdeu a sua essência.



**Figura 1:** Localização do município de Barra Velha/SC.

**Organizado por:** MACHADO, 2013.

Conforme nos aprofundamos no cotidiano dos pescadores, percebemos que na medida em que a cidade cresce e se articula à indústria do turismo, está havendo uma sobreposição do espaço turístico ao espaço tradicionalmente ocupado pelos pescadores. Outro fator que tem expropriado os pescadores de seu território tradicional é a ação da indústria pesqueira, que explora a natureza sem considerar o seu tempo e o território dos pescadores artesanais, retirando as possibilidades de

reprodução da pesca artesanal. Tanto o turismo quanto a indústria, têm no Estado o apoio e incentivos necessários para seu crescimento.

Por meio do exposto, percebemos o quão importante é a necessidade de entendermos o papel da tradição atrelada às condições do mundo moderno presentes no cotidiano e no território destes pescadores remanescentes. Diante dessas premissas é que neste artigo problematizamos alguns dos conflitos vividos pelos pescadores artesanais de Barra Velha.

A pesquisa junto a Colônia Z4 foi realizada entre 2010 e 2012, com base na metodologia qualitativa da História Oral, por meio de entrevistas, observação simples e análise documental.

## 2 A TRADIÇÃO NA PESCA ARTESANAL

Buscando compreender o cotidiano dos pescadores artesanais, especificamente, os da Colônia Z4 em Barra Velha, SC, tendo como discussão a tradição e os processos de modernização da sociedade, partimos da afirmação de Martins (2000, p.142), que diz “o cotidiano não é o meramente residual, como pensavam os filósofos, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas, que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano”.

Quanto à tradição, normalmente, quando nos remetemos ao termo Tradicional, imaginamos que se trate de algo que existe há muito tempo, e também é comum interpretar o Tradicional simplesmente como o oposto ao Moderno, e neste aspecto, pode ser tido como algo ultrapassado, arcaico etc. Porém, o termo Tradicional também é uma construção do mundo moderno. Ele existe apenas há aproximadamente dois séculos, já que na Idade Média, período que o precede, as tradições e os costumes estavam por toda parte, e não existia ainda uma noção clara do que seria algo tradicional (GIDDENS, 2010).

Giddens (2010) nos esclarece que uma Tradição está mais relacionada com o ritual e a repetição, do que com o tempo de sua existência. Estão sempre surgindo novas tradições e elas “evoluem ao longo do tempo”, podendo ser transformadas, alteradas, “inventadas e reinventadas”, sem deixarem de ser uma tradição (ou a mesma tradição). Portanto o tradicional coexiste ao moderno.

Algumas atividades tradicionais se mantêm vivas porque estão fundidas ao cotidiano de certos grupos, e mesmo nesses tempos de modernização, de globalização, elas se mantêm, porque fazem parte de rituais que se repetem diariamente e que são apreendidos, compartilhados e transmitidos de um indivíduo a outro. O que nos remete a origem da palavra Tradição, do latim *Tradere*, que quer dizer transmitir, ou confiar algo à guarda de alguém (GIDDENS, 2010).

A pesca artesanal em Barra Velha sobrevive há dois séculos através de suas tradições, que são “guardadas e transmitidas” pelos pescadores, seja de pai para filho, seja dos mais velhos aos mais novos, enfim, ela resiste como tradição, porque faz parte do cotidiano desses sujeitos, e eles a renovam a cada dia impedindo que a mesma se apague.

Transmitidas culturalmente, as técnicas tradicionais e o saber-fazer acumulado ao longo do tempo, ainda são a base da pesca artesanal praticada na Colônia Z4.

A pesca artesanal marítima em Barra Velha sempre se desenvolveu como uma atividade econômica, podendo ser definida, de acordo com Diegues (1995) como pequena produção mercantil litorânea, pois, se apoia nas tradições inerentes a comunidade e sua atividade produtiva tradicional.

Através da pesquisa junto aos pescadores, foi possível verificar, que muitas transformações ocorreram na pesca artesanal em Barra Velha, tanto na estrutura, em seus instrumentos de pesca e tecnologias empregadas, quanto nas relações sociais no grupo de pescadores. O trabalho que outrora era estritamente familiar, hoje apresenta novas configurações e novos sujeitos, tais como os tripulantes<sup>3</sup> e os atravessadores<sup>4</sup>.

Apesar do surgimento de novos sujeitos, as principais características do trabalho artesanal, que são o “saber-fazer” e os conhecimentos adquiridos e acumulados por gerações de pescadores, ainda permanecem.

Estes novos sujeitos da pesca artesanal, representam mudanças estruturais nessa atividade, que por muito tempo era baseada em relações familiares e de compadrio, e se hoje existem, é porque em algum momento houve uma carência de mão de obra na colônia.

Entre os fatores que contribuíram para isso estão às mudanças decorrentes do crescimento urbano na região, principalmente a partir de 1960. Estas promoveram o surgimento de novas opções para os jovens, como as escolas, colégios técnicos, as universidades, que também foram acompanhadas de novas vagas para o trabalho no comércio, indústria e turismo.

As novas opções fizeram com que muitos filhos (as) de pescadores deixassem a pesca. O incentivo para a escolha de um novo caminho profissional, na maioria das vezes, veio dos próprios pais, o que contribuiu para quebrar com o ciclo da reprodução familiar na pesca artesanal que até então, era fundamental para a sua reprodução. O que explicaria a necessidade da substituição da mão de obra familiar pela dos tripulantes. Já os atravessadores, estão diretamente relacionados à urbanização associada à pressão de mercado. Houve um tempo em que o pescador dominava todo o ciclo da pesca, do extrativismo ao comércio, com o atravessador, esta autonomia se perdeu. A fragilidade das suas condições de trabalho submete cada vez mais o pescador às regras de mercado controladas pelo atravessador.

Assim, a atividade pesqueira artesanal da Colônia de Pescadores Z4, de Barra Velha, vai resistindo às mudanças do mundo globalizado, adaptando as suas tradições em função da necessidade de sobrevivência do grupo.

### 3 OS IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO E DO TURISMO NA COLÔNIA Z4

Até meados da década de 1950, como retratou Boer (1992), os pescadores tinham suas residências na orla da Praia Central (Figura 2), onde até hoje exercem sua função econômica. Com o início das atividades turísticas no município, em meados da década de 1960, esta área tornou-se valorizada e passou a ser considerada nobre pelo mercado imobiliário e por agentes locais que viram no turismo um meio de expandir seus negócios (donos de cartório, imobiliárias, comerciantes, etc.). Esses agentes encontraram maneiras de pressionar os moradores dessas áreas, para que vendessem ou saíssem de seus lotes. Tal fato provocou a perda de espaço por parte dos pescadores, forçando-os a ocupar e morar em áreas distantes da praia.



**Figura 2:** Colônia de pescadores na praia Central de Barra Velha/SC – década de 1920.  
**Fonte:** Biblioteca Municipal de Barra Velha/SC.

Neste mesmo período, a base da colônia, ou seja, o Porto das Canoas, também mudou de local. Atualmente, é ocupado pelo Hotel Bela Vista, da rede Candeias. O terreno (a praia) foi cedido pela prefeitura para a construção do empreendimento hoteleiro, em detrimento das possíveis necessidades dos pescadores, que de acordo com entrevistas, nem ao menos foram consultados.

As transformações na configuração espacial local aceleraram-se a partir da década de 1960, com a intensificação da urbanização e com a abertura de suas praias às atividades turísticas. Atualmente, o município possui 22.386 habitantes (IBGE, 2010), 21.319 na área urbana, 1.067 na rural. Contudo, no período de veraneio a população flutuante (turistas) altera este número, aumentando a população, podendo variar entre 50.000 a 100.000 habitantes.

Essas alterações ocorreram principalmente ao redor da Praia Central onde está localizada a Colônia de Pescadores Z4, que desde então, passou a ser desterritorializada, devido à valorização da área e à especulação imobiliária.

O processo de urbanização das cidades, especialmente as litorâneas, apresenta algumas transformações contraditórias, quando os lugares conectados as dinâmicas capitalistas deixam de servir às necessidades da população local e passam a servir uma população flutuante, que vive esse lugar nos finais de semana, ou, um mês no ano.

Enfim, quem teria a necessidade de residir próximo ao mar, pois trabalham e tem suas histórias atreladas àquele lugar, nesse complexo movimento dos capitais imobiliários, é expulso pela supervalorização dos imóveis que servem ao turismo.

Este seria um dos lados negativos do turismo que, muitas vezes, tem resultado em uma urbanização perversa (FONTELES, 2004). Um dos motivos é que as imobiliárias/construtoras nesses casos não vendem apenas imóveis. Nesse “pacote,” está à praia, a paisagem.

Esse interesse do turista pela praia faz parte do ideário da sociedade moderna. Fonteles (2004) esclarece que o surgimento do Turismo e do interesse dos homens urbanos pelo mar, nem sempre foi o mesmo. Na Europa, até o século XVIII, as pessoas tinham uma visão negativa do mar, sentiam medo, pois em seu imaginário associavam-no a eventos ruins, que em parte eram difundidos pela Igreja, como o dilúvio, ou, a desastres, naufrágios, invasões, peste negra, que eram “imagens repulsivas que os afastavam do mar”, essa visão começou a mudar quando:

a partir da segunda metade do século XVIII, o sistema de representações imposto pela teologia começou a desmoronar. O mundo voltou-se para outras formas de admiração da natureza, distanciando-se do ‘providencialismo’. A beira mar passou a ser apreciada estética e moralmente. O europeu de classe alta passou a valorizar a emoção do banho. Esperava que o mar acalmasse suas ansiedades, corrigisse os efeitos perversos da civilização urbana, prática muito comum ainda nos dias de hoje. (...) A vida urbana, cada dia mais tensa e insegura, criou o desejo pela procura de ambientes naturais (FONTELES, 2004, p. 29).

Essa mudança no pensamento ocidental acabou atraindo os interesses das elites e da classe média com poder aquisitivo maior, para as paisagens litorâneas, primeiro na Europa e depois no mundo.

O turismo transforma lugares em mercadoria, e para satisfazer esse mercado, por vezes exigente, os agentes locais acabam moldando ou sistematizando os lugares para que esses tenham as condições esperadas para atrair os seus consumidores.

Nem sempre essa estrutura pensada e construída para o turismo leva em consideração as necessidades da população local/nativa (FONTELES, 2004). Especialmente quando os agentes do poder público local estão envolvidos diretamente nesse mercado, aí sim, percebemos um descaso maior com as necessidades básicas da população, como no caso de Barra Velha, onde, mesmo a estrutura feita para receber o turista geralmente é precária, pois nem os recursos mais valiosos e “atrativos”, que são o mar, as praias, a lagoa, são preservados.

A maioria dos turistas que vem ao município, não sabe, por exemplo, que não existe coleta e tratamento de esgotos e que todo o material é despejado *in natura* no mar; Também não sabem quão poluídas são a Praia Central e a Lagoa, onde seus filhos se banham, pondo em risco sua saúde e de sua família.

Esta prática, de certa forma, tem a ver com as características do turismo em seu aspecto mercador, que muitas vezes, além de desconsiderar a qualidade dos serviços oferecidos ao turismo, tampouco se preocupa com os habitantes locais.

Neste aspecto, consideramos um dos “impactos” negativos do turismo em Barra Velha, e da forma como ele se desenvolveu no município, a ação dos agentes locais na desapropriação e “compra” de imóveis nas áreas centrais, que de acordo com alguns sujeitos de nossa pesquisa, tais agentes, mesmo “dentro da lei”, em muitos casos agiram de “má fé”.

Ao longo do tempo, os pescadores foram perdendo seu território, e, suas famílias foram saindo da orla da praia, mudando-se para bairros mais distantes. Tivemos relatos sobre a antiga vila dos pescadores, que se localizava nas proximidades do antigo Porto das Canoas, aos arredores da Lagoa de Barra Velha e da Praia da Península (ver Figura 03).

Conforme relatos, na medida em que o turismo foi se fortalecendo e a construção civil se interessou pelo local, as pessoas foram saindo das áreas tradicionalmente ocupadas pelos pescadores. E o que mais se destacou nas entrevistas, foi o fato dos pescadores, ao serem pressionados, terem vendido suas propriedades por baixos preços.



**Figura 3:** Imagem de satélite de Barra Velha/SC

**Fonte:** [www.apolo11.com/satmap2\\_cidades.php?citynum=4391](http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=4391), 2011.

**Organizado por:** Machado (2013).

Desta forma, contemporaneamente, o que ainda demarca o território dos pescadores da Colônia Z4, em terra, é uma parte da Praia Central, onde eles deixam os barcos quando não estão no mar (Figura 4), o Porto das Canoas e o barracão de pesca. Lugares utilizados para comercializar o pescado, armazenar as redes e os barcos, mas que também funcionam para eles como ponto de encontro.

Em entrevista, uma antiga moradora nos contou que no município houve dois agentes fundamentais, uma imobiliária e um antigo cartório, que teriam agido em conjunto para “comprar” os imóveis de áreas que se tornaram nobres após a chegada do turismo à região.



**Figura 4:** Porto da Canoas.

**Fonte:** Machado (2013).

Eles descobriam quem eram os donos dos imóveis (por vezes posseiros) e faziam propostas subvalorizadas, abusavam da falta de conhecimento das pessoas, por vezes analfabetas, e as convenciam a vender o lote.

Noutras vezes, quando o morador não tinha os documentos de posse do imóvel, independente do tempo em que a família estivesse no local, eles “davam um jeito” de expulsá-los. Agiam como “grileiros”, regulamentavam as posses para eles ou a quem lhes desejasse, e obrigavam as pessoas a sair ou a vender pelo valor que eles oferecessem. Sem o conhecimento das leis, as pessoas acabavam cedendo.

Embora, nem todos os imóveis de Barra Velha fossem adquiridos desta forma, em relação aos terrenos inicialmente ocupados pelas famílias de pescadores, esses dois atores sociais foram fundamentais. Alguns fatores integram este processo, como a valorização das terras pelo mercado imobiliário, o aumento de infraestruturas e a tendência ao crescimento dos impostos, a ilusão de lucrar com a venda do imóvel, etc.

Os casos mais graves foram daqueles que não dispunham dos documentos do imóvel, e assim, foram obrigados a sair, sem muitas condições de barganha com os novos proprietários.

Estes casos estiveram presentes no litoral de Santa Catarina, de maneira geral, e Barra Velha, em particular. Isso porque, os terrenos eram da Marinha, e as prefeituras, responsáveis por fazerem as legalizações dos mesmos, nem sempre regularizavam para os posseiros, sua atitude variava conforme os interesses de quem estivesse no poder.

#### 4 A “REVITALIZAÇÃO” DA PRAIA CENTRAL E O PORTO DAS CANOAS

Ao longo da história da Colônia Z4, em várias oportunidades, os pescadores sofreram pressão por parte do poder público local, para que saíssem da Praia Central, a fim de que a mesma fosse revitalizada.

Esta é uma questão polêmica, tendo em vista, que a comunidade de pescadores estava presente neste lugar antes mesmo da cidade existir.

Porém, com o passar dos anos a Colônia e muitas famílias vem perdendo parte do território original, a exemplo da mudança do Porto das Canoas e da transferência da moradia das famílias de pescadores para outros bairros na cidade. Um campo de forças entre as vítimas do processo, o Estado e o Mercado.

Neste campo de forças, o mais fraco, geralmente aquele que não dispõe de recursos financeiros e políticos, são os mais prejudicados.

Em 2010, a Prefeitura Municipal de Barra Velha oficializou um projeto para a revitalização da orla marinha nas áreas centrais do município. No projeto estava prevista a transferência do Porto das Canoas, da Praia Central, para outro local, para que fossem construídas uma praça, quadras de esportes e um novo calçadão. Em 2011, o prefeito teve seu mandato cassado e o seu substituto alterou o projeto inicial, mas deu início as obras.

O Porto das Canoas não foi retirado do local, mas teve seu espaço reduzido pela construção de uma rua e pelo calçadão, novamente os pescadores perderam parte de seu espaço, sem possibilidade de negociação.

Um dos principais motivos elencados pela prefeitura é o de que com essas obras a praia iria atrair um número maior de turistas, o que movimentaria ainda mais o comércio da cidade. Porém, num modelo conservador e restrito de pensar o turismo, as mudanças têm ampliado a forma de exclusão do pescador.

A comunidade de pescadores como se percebeu até aqui, perdeu parte de seu território, e novamente, agora com o Porto das Canoas, está sofrendo um novo processo de desterritorialização, fato preocupante para a sobrevivência da pesca artesanal, já que, conforme afirma Haesbaert (2004) ninguém pode existir sem território. Estes processos de reordenamentos territoriais geram uma segregação sócioespacial, e não consideram a identidade, a cultura, os interesses e o modo de viver de uma população.

Todavia, a presença do Porto das Canoas, considerado um dos pontos mais frequentados da praia, demonstra, em partes, a “resistência” dos pescadores artesanais. As canoas coloridas sobre a areia da praia tornaram-se uma característica do município. Sua presença, mesmo não tendo a rigidez de uma construção ou de um edifício, possui materialidade e traz referência ao lugar. Por muitos turistas e moradores, a Praia Central é chamada e conhecida como a Praia das Canoas, o que demonstra sua importância nesse espaço.

Enfim, o que deve ser levado em conta é o direito de o próprio grupo decidir seu futuro, de manter seu território da pesca, mesmo quando não possui a propriedade dessa terra. Eles, em seus depoimentos demonstram que não são contra a presença dos turistas, pelo contrário, sabem e valorizam a importância econômica que esse grupo representa para eles e para o município, porém é latente a fragilidade deixada pela expropriação, seja pela distância que percorrem cotidianamente para ter acesso à praia, seja pela dificuldade de reprodução social, por não poderem integrar toda a família.

É importante, nesse caso, lembrar que os pescadores têm sua principal renda econômica na atividade de pesca e a localização da colônia é estratégica para eles, tanto do ponto de vista físico, pois está em uma pequena baía o que facilita sua saída ao mar, quanto economicamente, pois vendem seus peixes diariamente nesta área central da cidade.

A consequência da modernização do espaço urbano do litoral, em nome da atração turística, está neste caso, na inviabilização e/ou barreiras às práticas da pesca dos pescadores

artesanais. O poder público local, apropriado dos argumentos “desenvolvimentistas”, reproduz o discurso da revitalização, e tenta moldar o local para atender as demandas da especulação imobiliária e da indústria do turismo; Mesmo que para isso tenha que se sobrepor aos interesses da população local, embora estas devessem ser valorizadas, sendo passível até de serem incorporadas em outro tipo de turismo. Tais como aquele, em que o turista possa buscar o peculiar, o naturalmente belo, a paisagem historicamente construída, e não uma paisagem moldada e artificializada para lhe agradar aos olhos (YÁZIGI, 2001).

## 5 MUDANÇAS NA PESCA ARTESANAL

De acordo com Gupta e Ferguson, “a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade” (2000, p. 34).

Estes autores também concordam que a globalização ou o “capitalismo em expansão tenham profundos efeitos desarticuladores sobre sociedades existentes” (2000, p. 34). Porém, eles também trazem elementos que ao transformar os lugares e mediar às relações de poder pré-existentes, acabam por vezes, fazendo parte do processo em que o “espaço adquire uma identidade distintiva”. Isso demonstra quão “fluidos” são os lugares.

Talvez possamos dizer que esse diferencial, esta “identidade” existente nos lugares é que inibe, em partes, a sua homogeneização, é o que lhes dá personalidade. Também precisamos lembrar que nem todos os lugares expressam a mesma resistência à massificação cultural. Muitas vezes, os elementos externos se sobrepõem aos internos desfragmentando ou eliminando, e o que era tradicional, simplesmente deixa de existir, pelo menos no plano da matéria. Não obstante, ficam na memória dos indivíduos, nos registros em fotografias, jornais, livros, museus, etc.

Quando perguntamos aos nossos entrevistados sobre as mudanças que ocorreram na pesca artesanal ao longo dos anos, como as redes de nylon, os GPS, e os motores à diesel nos barcos, eles, sem dúvida responderam que essas mudanças ajudaram muito, superando suas dificuldades. No caso dos motores, contribuíram para que eles diminuíssem o seu esforço físico. Já que, antes dele, remavam alguns quilômetros todos os dias. É preciso salientar que estas mudanças técnicas não significam que a tradição se perdeu e sim que a atividade dos pescadores foi potencializada.

A verdadeira tradição deste grupo está na sua cultura, na pesca que, apesar de usar artifícios modernos, não deixa de ser tradicional, pois os ritos, o saber-fazer e a organização social do grupo permanecem, não há uma ruptura entre passado e presente. O que pode existir são mecanismos modernos de “desencaixe” (GIDDENS, 1991) que tem afastado os pescadores mais novos dos conhecimentos empíricos acumulados no espaço-tempo da Colônia, como por exemplo, o uso da internet para as previsões do tempo.

A tradição não é o oposto do progresso, é possível ter o progresso (ou desenvolvimento) econômico mantendo os vínculos tradicionais. Um não precisa exterminar a presença do outro para poder existir, até porque “todo o verdadeiro progresso pressupõe uma tradição” (VENEZIANI, 2005, p. 20).

Desta forma, consideramos o fato da pesca artesanal em Barra Velha ter se mantido por mais de 200 anos como uma forma de resistência, que se dá pela sobrevivência deste grupo, pelo seu trabalho e tradições. Sobre o poder das tradições na resistência desta comunidade no mundo moderno, nos apoiamos em Hauresko (2009), quando ela afirma que:

Entendemos que hoje toda e qualquer comunidade tradicional transita entre a tradição e a modernidade. Elas alteram suas tradições, as modificam, na tentativa de se manter ou sobreviver no tempo presente, sem perder a sua essência. Talvez pudéssemos dizer que não há, a rigor, modernidade que não seja alimentada e oxigenada pela tradição. Muito do que é “velho” subsiste no “novo”. (p. 53).

Ao adentrarmos no cotidiano dos pescadores artesanais de Barra Velha, percebemos que eles, são conectados a natureza pelo seu trabalho na pesca e já percebem mudanças decorrentes da exploração desenfreada feita pela pesca industrial e também pela sua própria atividade. Eles reconhecem as alterações na água do mar devido à poluição, às mudanças no tamanho das praias devido à retirada da vegetação das dunas, o reflexo das enchentes no continente, as marés cheias (ressacas), que ficaram mais agressivas, etc.

Também é preciso lembrar que o mar é parte do território desse grupo, já que muitas vezes, eles chegam a navegar 40 km da costa para pescar. Sobre as mudanças ambientais no mar, destacamos os cardumes que diminuíram e, algumas espécies de peixes comerciais que desapareceram nessa área. Eles justificam essa diminuição dos estoques, pela pesca predatória industrial devido à proximidade ao porto de Itajaí e pela própria pesca artesanal exercida por eles. Atualmente, com as leis ambientais relacionadas ao defeso<sup>5</sup> o quadro está aos poucos se revertendo.

Mesmo assim, os pescadores tem sentido o impacto da poluição e da exploração excessiva de algumas espécies. Em 2011, se surpreenderam com a queda na pesca da Tainha, considerada o ponto alto da pesca artesanal. A safra da Tainha foi muito inferior ao que esperavam. Segundo os pescadores, os cardumes se aproximam da costa no inverno, e é possível pescá-los na beira da praia, porém, é um peixe sensível às mudanças na qualidade das águas: “Nesse ano a pesca da tainha foi bem fraca, a tainha ficou fora, longe da costa, nem a pesca industrial pegou” (Presidente da Colônia, Sr. José Moacir Viana, 2012).

No mar, as disputas por território são entre os pescadores artesanais e os pescadores industriais, como dividem o mesmo espaço em busca dos mesmos peixes, o artesanal sempre sai em desvantagem, pois não possui os equipamentos, as embarcações que a pesca industrial possui e muito menos os incentivos e políticas públicas destinadas a esse setor.

Para entender melhor estas diferenças entre a pesca artesanal e a pesca industrial, retomaremos a seguir alguns fatos históricos que resultaram no panorama atual do setor pesqueiro.

## 6 CONFLITOS TERRITORIAIS E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO

Até meados de 1930 a pesca no Brasil tinha seu alicerce na pequena produção mercantil e, em várias comunidades de pescadores, a pesca estava atrelada a agricultura de subsistência. Com a introdução da pesca da sardinha por traineiras, onde parte da produção era enlatada, teve início uma nova dinâmica relacionada à pesca. Mesmo dispondo de um Capital maior, o trabalho nas traineiras ainda tinha a participação de seus proprietários, que geralmente possuíam um único barco.

As maiores mudanças no setor pesqueiro no Brasil se deram a partir de 1967 com a instituição da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) pelo Governo Militar (DIEGUES, 1983, p. 02). Com a criação desse órgão, disponibilizaram-se recursos financeiros, a fim de transformar a pesca do país em uma indústria de base. A pesca se tornaria uma atividade empresarial capitalista. Contudo, passados 12 anos após o início destas políticas, para os pescadores artesanais quase nada havia mudado, como Diegues nos esclarece:

Os resultados não foram animadores, e os pequenos pescadores que somente receberam migalhas dos polpidos recursos destinados às empresas, muitas vezes fantasmas, continuaram sendo responsáveis por uma grande parte da produção pesqueira no Brasil. Surgiram empresas de pesca, e praias antes célebres pelos seus pescadores se esvaziaram, sendo ocupadas por residências secundárias (1983, p. 03).

Nessa passagem, o autor também argumenta que mesmo sendo uma categoria importante na produção nacional de pescado, a pesca artesanal não recebeu a atenção merecida do Governo, e, além disso, ele aponta para a desterritorialização de comunidades de pescadores em prol de “residências secundárias”, que em sua maioria, se tratavam de residências de veraneio. Esse

“esvaziamento”, a partir da década de 1970, se deve a evolução de outra indústria, a do turismo. Esta que também tem sua parcela de culpa na marginalização de comunidades de pescadores Brasil afora.

Em Barra Velha, muitos dos problemas enfrentados pela Colônia Z4, no decorrer de sua história, teve a ação direta/indireta desses dois setores, a pesca industrial e o turismo. Este último, atrelado às ações empregadas pelo Poder Público local.

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) foi extinta na década de 1980, sendo substituída pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que passou a administrar as políticas federais para o setor. Desde que o IBAMA assumiu as responsabilidades pelo setor pesqueiro, começou-se a monitorar a pesca no país. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) que em 2009 foi transformada no Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), (CARDOSO, 2009, p. 3).

Atualmente, o MPA tem publicado quase que anualmente o Boletim Estatístico da Pesca onde apresentam os resultados dos monitoramentos feitos pelo IBAMA. O último Boletim publicado em 2010 reafirma o que Diegues (1983) e Cardoso (2009) já discutiam o fato de que mesmo com tantos subsídios e incrementos públicos para a pesca industrial, quem continua fornecendo a maior parte do pescado ainda é a pesca tradicional, com exceção das regiões Sul e Sudeste onde a produção da pesca industrial é superior.

De acordo com esses boletins, Santa Catarina aparece no ano de 2010, como o maior produtor de pescado do país. Foram 183.770t que correspondem a 23% da produção nacional. Mesmo com todo esse destaque para a produção pesqueira do Estado, cabe salientar que houve uma queda de 16% em relação ao ano de 2009 (MPA, 2010).

Essa diminuição na quantidade de toneladas pescadas não se resume apenas ao ano de 2010. A produção pesqueira em Santa Catarina tem apresentado um declínio ao longo dos últimos anos e o MPA aponta como causa a queda de 50% na captura da sardinha-verdadeira. Essa queda é um reflexo de décadas de exploração desta espécie pelas traineiras da pesca industrial. A pesca artesanal é responsável por cerca de 23% da produção do pescado no Estado (EPAGRI, 2005).

Devido à proximidade do Porto de Itajaí, importante centro da indústria pesqueira no país, a Colônia Z4, entre outras da região, começou a perceber os reflexos desta atividade na pesca tradicional. As informações coletadas pelos órgãos que monitoram a pesca (MPA, EPAGRI) apenas confirmam o que os pescadores têm observado há anos, a diminuição e o desaparecimento de muitas espécies, resultado dos impactos da pesca industrial predatória empregada há muito tempo. Hoje, todos estão pagando pelos “custos” ambientais dessa exploração desordenada dos recursos marinhos.

A indústria da pesca, por depender do tempo natural de reprodução de sua “matéria-prima”, não deveria agir como as indústrias que empregam a produção em massa. Para sua própria sobrevivência precisa ter ciência das suas especificidades e fragilidades produtivas, pois,

a pesca se realiza dentro de processos de trabalho profundamente influenciados pelo tipo de recursos a serem explorados. Ao contrário da indústria, onde a matéria-prima é relativamente homogênea, permitindo a produção em massa, a pesca exige ajustes contínuos a condições naturais em contínua mudança (DIEGUES, 1983, p. 87).

A extinção de espécies marinhas pela sobrepesca, não é nenhuma novidade no mundo. Na Europa, o primeiro tratado para a proteção de espécies ameaçadas, foi assinado no século IX. A evolução da pesca na Europa e Ásia fez com que depois da redução dos seus estoques pesqueiros, as suas frotas migrassem para as águas dos países menos desenvolvidos. A pesca industrial do Brasil está longe de alcançar a tecnologia e o porte dos navios europeus e japoneses, por exemplo, mas especialistas já apontam para uma séria crise no setor.

As principais diferenças entre a produção realizada pela pesca industrial e artesanal são os impactos ambientais causados pelas diferentes técnicas utilizadas e as quantidades produzidas/pescadas em cada tentativa.

A artesanal utiliza meios e técnicas menos agressivas, como as redes de emalhar utilizadas na pesca de espera, é a técnica mais utilizada por eles na pesca marítima (mar aberto). São aparelhos relativamente simples, pois consistem em retângulos de rede com flutuadores numa extremidade e pesos na outra. É lançada à água num local onde tenha cardumes de peixes, os quais ficam "emalhados", ou seja, presos nas malhas da rede. Horas mais tarde, o pescador volta ao local com sua canoa e, geralmente, em dois puxam a rede de volta, apanhando os peixes capturados.

Esta é considerada uma técnica menos agressiva, pois, se o tamanho das malhas for o adequado pode se controlar o tamanho dos peixes que serão pegos. Como eles encontram os cardumes "no olho", na observação da água, não possuem a mesma precisão em encontrá-los que a pesca industrial com seus sonares, que a tornam mais eficiente e mais predadora.

Já nas duas principais técnicas utilizadas pelas traineiras industriais na região, o "arrasto" e o "cerco", além da quantidade de peixes muito superior, por vezes toneladas, em cada tentativa, são técnicas que não deixam escapar nada que estiver em alcance, inclusive as redes dos pescadores artesanais.

Na pesca de cerco, um barco maior lança a rede ao mar, junto de outro barco, que cerca o cardume fechando a rede. É muito utilizada para a captura da sardinha e tainha. Nas malhas para a sardinha, por exemplo, muitas espécies impróprias para a comercialização são pegas e, posteriormente rejeitadas, também pegam muitos filhotes de outras espécies quebrando assim o ciclo reprodutivo das mesmas. No arrasto, uma rede que pode ter centenas de metros (profundidade e largura), é arrastada pelo barco e como a rede vai da superfície ao fundo oceânico, ela devasta o fundo do mar, causa impactos tanto na fauna quanto na flora marinha (ALARCON et al., 2009).

A pesca artesanal mesmo que em menor escala também teve um papel importante nesse cenário, especialmente depois que introduziram os motores nos barcos, proporcionando maior mobilidade em busca dos cardumes, e o aumento do tamanho e a invisibilidade das redes de *nylon*, que fizeram com que o pescador artesanal pudesse aumentar a sua produção.

Com a maior mobilidade do pescador artesanal, ele ampliou sua área navegável e, conseqüentemente, de pesca, sendo assim, também aumentaram as áreas de convívio com os barcos industriais. A disputa pelo território e pelos cardumes é cada vez mais acirrada.

Tal convívio gerou uma série de conflitos, principalmente pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis (MPA, IBAMA, Guarda Costeira e Polícia Ambiental), já que as áreas delimitadas para cada tipo de pesca não são respeitadas. Tanto um grupo, quanto o outro, extrapolam seus respectivos limites.

Um fato corriqueiro no encontro desses dois grupos é devido ao modo como o artesanal pesca. Eles saem todas as noites por volta das duas horas da manhã e colocam as redes, que presas às boias ficam no mar até a sua retirada no final do trabalho (no início da manhã). É muito comum eles perderem essas redes e o que foi pescado, pois alguns barcos de pesca que fazem o arrasto passam e levam suas redes. Quando eles voltam para recolhê-las, só encontram os pedaços, quando as encontram. "Hoje em dia, a gente não tá pegando peixe bom porque vai ali fora e têm 40, 50 barcos pescando, eles tão ali. Se tu colocar rede lá, no outro dia não tem mais nada, eles acabam com tudo, arrebentam tudo, estragam tudo e você perde tudo" (Paulo, pescador há 40 anos).

De acordo com o presidente da Colônia Z4, esses atritos são muito comuns. Segundo ele, não há o que ser feito, pois dificilmente alguém vê o momento exato em que os barcos industriais passam arrastando as redes e que, algumas vezes, as redes estão em área proibida para a pesca artesanal, fato que os inibem a exigir fiscalização e ação do poder público.

Somente quando os pescadores pegam em flagrante no seu território legal, e se conseguem juntar provas (como fotografias, por exemplo), como o nome da empresa e da embarcação é que

eles costumam negociar com a própria empresa e, neste caso, geralmente, conseguem resgatar o material perdido. Mas esses casos são muito raros.

Outra questão importante sobre esta condição do pescador artesanal, diz respeito à legislação. As áreas marinhas são delimitadas para cada tipo de pesca, porém, o pescador artesanal, fica a mercê das condições de sua área delimitada, além de estar sujeito aos problemas decorrentes da concorrência territorial com a indústria. Com a restrição de espaço, a indústria que possui meios e recursos para explorar áreas maiores e mais distantes da costa, é menos penalizada que o pescador tradicional, que além da restrição da lei, ainda está limitado pelas suas condições materiais e técnicas.

Esses limites de áreas entre os diferentes tipos de pesca e embarcações foram criados justamente com o intuito de evitar os conflitos entre os pescadores e proteger os recursos pesqueiros e suas áreas de reprodução próximas à costa. Pelo que nos foi relatado, essas leis não atingiram o objetivo de impedir os conflitos entre a pesca artesanal e a industrial, pois no descumprimento dessas normas um acaba invadindo o espaço do outro.

Semelhante aos conflitos, entre os pequenos agricultores e o agronegócio, as leis acabam protegendo e ou facilitando os interesses dos “grandes” produtores em detrimento dos pequenos.

É preciso lembrar também que Barra Velha está a 37 km de Itajaí, onde estão instaladas grandes empresas beneficiadoras de peixes (Quaker do Brasil (coqueiro), Leardini e Kowalsky, entre outras) com uma grande frota pesqueira. Daí tamanha rivalidade no território marinho, onde não importa quem está na atividade há mais tempo e sim quem tem os incentivos do Governo Federal, do grande Capital e da alta tecnologia.

Mesmo não podendo dizer que os pescadores artesanais sejam concorrentes da indústria, tamanha a diferença entre seus modos de produção, é possível afirmar que na disputa por território, o pescador artesanal está em desvantagem técnica e política.

De acordo com o que o senhor Paulo nos informou, o governo tem feito algumas sanções aos pescadores industriais em relação ao tipo de peixes que estes podem ou não pescar. É o exemplo da corvina, espécie que tem aumentado sua população desde que o governo proibiu sua pesca em escala industrial, liberando-a a pesca artesanal. Mas em compensação no período de pesca da tainha (inverno), pesca mais lucrativa para o pescador artesanal de Santa Catarina, o Governo do Estado liberou 5 milhas da costa para a pesca industrial capturá-la, já que os cardumes ficam nessa faixa do mar. Aí, novamente o conflito se dá, pois o pescador artesanal não tem condições de competir com a pesca de cerco ou de arrasto feita pela indústria, e, a cada ano vê os cardumes desta espécie também diminuírem.

Essa limitação do governo em relação aos barcos industriais se dá anualmente. As empresas precisam entrar em contato com o IBAMA e requerer autorização para pescar durante a safra de cada espécie. É outra maneira de proibir a pesca por parte dos barcos que, de alguma forma, não se adequam às normas, ou são ilegais, como barcos estrangeiros que já foram pegos na costa brasileira.

Esses trabalhadores possuem outra racionalidade produtiva que diverge, em partes, da capitalista, eles também ao longo do tempo aderiram à modernização, mas não alteraram o modo de pescar.

Os barcos são no mesmo estilo, tamanho e, principalmente, capacidade. Houve mudanças, mas as tradições permaneceram. Eles respeitam os ciclos naturais no defeso e só pescam o que suas redes e barcos suportam. Quando um barco excede o seu limite (pela própria capacidade de carga) eles repassam os peixes de uns para os outros. As redes de espera só capturam os peixes que passam por elas e ficam presos, neste caso, eles também respeitam os tamanhos de malhas permitidos por lei (maiores de 10 cm).

Outro fato levantado por eles é o de que os barcos industriais possuem tecnologias como os sonares, por exemplo, capazes de saber com exatidão onde estão os cardumes, para assim, cercá-los com maior eficiência, tornando-os ainda mais predatórios.

Com essa forma de pescar, espécies proibidas como os golfinhos e tartarugas ficam extremamente vulneráveis e a fiscalização não dá conta de contabilizar quantos animais são mortos devido à sua captura. Já para os artesanais existe um respeito em relação a essas espécies, principalmente os golfinhos que, muitas vezes, lhes dão a indicação dos cardumes. Os pescadores artesanais, sem os recursos tecnológicos e integrantes de outra lógica produtiva, se guiam pelos sinais da natureza, e, via de regra, integram-se organicamente a ela.

O mar na região de Barra Velha é fiscalizado pelo IBAMA de Joinville, Fundação do Meio Ambiente de Barra Velha (FUNDEMA) e Guarda Costeira de Itajaí. Quando inquiridos sobre a ineficiência da fiscalização no mar da região, a FUNDEMA se justificou utilizando a “falta de equipamentos, barcos e de pessoal capacitado”, como causa das falhas na fiscalização, mesmo sendo a presença desses órgãos de suma importância para a manutenção do equilíbrio entre a pesca e a reprodução das espécies.

Um grande passo foi dado no sentido de proteger as espécies na época da procriação, quando da criação do Salário Defeso, em 1991, pelo projeto de Lei nº 1.592, pois durante esse período, os pescadores não podem pescar. Mais tarde, no então Governo Luís Inácio da Silva, houve uma reformulação do programa o que facilitou o acesso e o recebimento do salário no período de reprodução das espécies, de 91 mil pescadores beneficiados em 2002, para 437 mil pescadores artesanais em 2009 (MPA, 2010).

Dentre as exigências do programa em relação aos pescadores artesanais, está à comprovação de no mínimo um ano de atividade como profissional da pesca, e estarem inscritos em alguma das Colônias de Pescadores do país.

Em 2010, o Governo Federal via MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), também instituiu um registro nacional dos pescadores. Esta nova carteira profissional é obrigatória a todos os pescadores, e deverá ser renovada todos os anos. Esta medida possibilita um controle maior sobre quem realmente está na pesca. No mesmo ano também houve uma deliberação que passou às Colônias um Código Sindical, o que dará maiores poderes as Colônias na busca por seus direitos.

Esses avanços têm contribuído para a permanência/sobrevivência dos pescadores artesanais em sua atividade tradicional, especialmente o salário defeso. Esse grupo que passou tempos esquecido ou ignorado pela sociedade e pelo poder público, está começando a ser tratado com direitos de cidadãos.

Enfim, podemos afirmar que o Governo Federal, ao longo dos anos, tem prestado maior atenção à pesca e seus agentes. Desde a ditadura militar a pesca entrou em pauta nas políticas públicas do Estado. Inicialmente, a atenção era toda voltada para a organização e expansão da indústria pesqueira e o pescador artesanal era lembrado como mão-de-obra qualificada para o setor, pois tinha o conhecimento necessário à atividade, que naquele tempo não possuía os instrumentos de hoje, ou, como possível recurso militar em caso de invasões pela costa.

Estas conquistas, embora ainda não generalizadas e a contento das necessidades do pescador tradicional estão circunscritas nas lutas travadas pela categoria, em alguns grupos no país.

O Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) teve início em 1987, quando pescadores e pescadoras se reuniram com a finalidade de levar as reivindicações da classe até o Governo para que este as incluísse na nova Constituição Brasileira (1988). A organização do movimento está embasada em refletir, monitorar e propor Políticas Públicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras; e Articular e Fortalecer as lutas dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Brasil (MONAPE, 2013).

Infelizmente, na Colônia Z4 não existem pescadores engajados no movimento sindical e de classe, ainda. Porém, esta adesão poderá ocorrer, na medida em que haja fortalecimento dos movimentos.

Uma das principais contestações do Movimento é de que o Estado Brasileiro nunca deu a devida importância “econômica, social e cultural do segmento” sempre agiu em prol da indústria,

“flexibilizando a legislação ambiental, de forma a promover a expansão do hidronegócio” (2000, p. 34).

Esse grupo sofre pressões tanto em terra quanto no mar. A forma de resistência deles tem sido o próprio trabalho, trabalho esse que é intrínseco a sua cultura ao seu modo de viver o mundo. É no cotidiano, nas lutas diárias, mantendo seu curso, que eles ganham força e se mantêm na atividade, mesmo com tantas adversidades.

Os pescadores artesanais sabem de sua vulnerabilidade diante do mar, eles respeitam os seus movimentos e “humores” (ciclos), eles dizem não ter medo e sim respeito, quando o mar está “bravo”. Quando as águas estão agitadas, por exemplo, eles não “entram”.

A relação deles com o mar não é somente comercial como na industrial, é uma relação sagrada, inclui valores, eles sabem que ao respeitar os ciclos reprodutivos das espécies, o mar lhes agradece “dando mais peixes”. O que eles realmente têm “medo” é das incertezas de sua condição perante as ameaças, no mar, do “hidronegócio”, e em terra da urbanização acelerada que tem comprometido os seus espaços de permanência e seu território.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pescadores artesanais de Barra Velha, não são apenas testemunhas das transformações ocorridas neste território, mas atores, eles lhe deram “cor e movimento”. Isso foi confirmado no decorrer da pesquisa. Sua força e resistência à modernização, globalização, são suas tradições e cultura, que estão intrínsecas ao trabalho, a pesca.

Com relação ao seu trabalho na pesca artesanal, podemos dizer que eles não apresentam uma ruptura com o tradicional e nem um enlace total com o moderno. Houve mudanças, mas o modo tradicional de fazer este trabalho permanece. As diferenças aparecem mais em relação à introdução de equipamentos modernos que vieram facilitar o seu trabalho e aos conflitos territoriais por eles enfrentados. Quanto aos conflitos, destacam-se as disputas com a pesca industrial e as tentativas da prefeitura de se apropriar do lugar da Colônia (como já se apropriou em outros momentos).

Também apreendemos a importância das tradições para a resistência do grupo em seu território, como a manutenção da pesca artesanal, seus ritos, horários, modos de fazer. Sobre a globalização e suas “perversidades”, pode-se afirmar que em vários momentos ela se apresenta no cotidiano dos pescadores de Barra Velha. Através dos conflitos com a pesca industrial e a predileção do poder público federal que por muito tempo favoreceu os atores hegemônicos com suas políticas, ao invés, de proteger aqueles com maiores carências para suas ações. Neste caso, os pescadores artesanais. Também pelo processo local de reurbanização, que desapropriou moradores das áreas tradicionalmente ocupadas, movidos pela especulação imobiliária e pelo turismo.

Arelada a essas questões está o fato de que mais uma vez o poder público, seja local, estadual ou nacional, agiu de acordo com os interesses externos, em detrimento das populações locais. Políticas de ordenamento territorial que desvinculam o desenvolvimento de um lugar de suas histórias, identidades, pessoas e supervaloriza a “nova ordem” idealizada pelos agentes capitalistas, sejam eles ligados ao turismo, as indústrias, ao mercado imobiliário etc.

Através de nossa pesquisa, percebemos que a opção do poder público local tem sido buscar mecanismos de expropriação sem causar polêmicas evidentes. Esse caminho é a transformação do espaço, com projetos modernizantes que, aos poucos, foram diminuindo o território por eles ocupado, e também pela ausência de subsídio aos pescadores.

Sobre o futuro da Colônia, pensamos que é primordial o envolvimento de seus membros, ou parte deles, nos movimentos sociais de luta dos pescadores artesanais, seja pelo MONAPE ou outra entidade de luta dessa classe. Mas isto dependerá do envolvimento e da condição histórica dos sujeitos, bem como, da capacidade de articulação do próprio movimento.

Outra questão fundamental para o futuro da Colônia Z4 é de que ela tenha sua cultura e território percebidos e valorizados pelos gestores públicos locais que, ao invés de excluí-los, eles passem a ser incluídos no planejamento urbano e nas ações voltadas ao turismo no município.

É preciso também deixar claro que as principais dificuldades desse grupo, em relação ao seu trabalho, a pesca artesanal, não estão ligadas ao esforço físico na “lida” cotidiana e, sim, a desvalorização e precarização de seu trabalho perante a sociedade, o poder público e a indústria (hidronegócio).

Ficou claro na pesquisa, que eles gostam do que fazem, sentem prazer em trabalhar no mar, “gostam da arte”! Mas estão impotentes diante dos processos de expropriação.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este texto é parte dos resultados da pesquisa de mestrado denominada “O Território da Pesca Artesanal da Colônia Z4, Barra Velha, SC: o paradoxo entre a tradição e a modernidade”, realizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná.

<sup>2</sup> A partir de 1919 o Governo Federal e a Marinha de Guerra começaram a criar e oficializar as colônias de pescadores em todo o litoral brasileiro. Tinham a preocupação de diminuir as importações de peixes e a partir da Primeira Guerra Mundial a preocupação de defender a costa brasileira. Com isso, o litoral foi dividido em Zonas, e cada colônia existente ou nova, passou a receber a letra Z em sua nomenclatura oficial, e um número que a identificava, como o caso da Colônia Z4. Disponível em: <http://coloniadepescadoresdearraial.blogspot.com.br/p/historico-da-colonia-z46-porque-z46.html>. Acesso em: 3 dez. 2012.

<sup>3</sup> Tripulante é o pescador que não possui um barco e que pesca com alguém em troca de uma comissão. A necessidade desse tripulante surge com a diminuição da força de trabalho familiar dentro da Colônia.

<sup>4</sup> Atravessador é o sujeito que compra a produção do pescador e revende ao consumidor; Em Barra Velha, eles efetuam as vendas na praia utilizando os barcos dos pescadores como ponto de venda. São feitos acordos informais entre eles e os pescadores, a maioria paga semanalmente e fornece o combustível para os pescadores descontando o mesmo dos valores a serem pagos.

<sup>5</sup> Período de paralisação obrigatória da pesca de um determinado recurso pesqueiro, para proteger a espécie na fase da desova; “O benefício Seguro-Defeso é pago ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies. Para receber o benefício, o pescador artesanal deve atender aos critérios estabelecidos pela Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003.

## REFERÊNCIAS

ALARCON, D. T. et al. **Abordagem etnoecológica da pesca e captura de espécies não-alvo em Itacaré, Bahia (Brasil)**. São Paulo: Inst. Pesca, 2009. Disponível em: <[ftp://ftp.sp.gov.br/ftpcesca/35\\_4\\_675-686.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftpcesca/35_4_675-686.pdf)>. Disponível: 15 fev. 2012.

BOER, P. **Barra Velha através dos tempos**. Barra Velha: Art & Texto Editora, 1992.

BRASIL. **Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Disponível em: <<http://portaltransparencia.gov.br/defeso/download.asp>>. Acesso em: 9 set. 2012).

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca de 2010**. Brasília, DF. Disponível em: <[www.mpa.gov.br/index.php/topicos/300-boletim-estatistico-da-pesca-e-aquicultura-2010](http://www.mpa.gov.br/index.php/topicos/300-boletim-estatistico-da-pesca-e-aquicultura-2010)>. Acesso em: 24 jan. 2013.

CARDOSO, E. S. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. Presidente Prudente. **Revista Pegada**, v. 10, n. 2 dez. 2009. Disponível em: <[www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA102/05eduardo1002.pdf](http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA102/05eduardo1002.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2012.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e mares: leitura em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Diagnóstico da pesca artesanal em Santa Catarina**. Florianópolis, 2004.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos Socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p.?.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – AGB/USP, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB/USP, 2005. p. 6774-6792.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAURESKO, C. **Entre tradição e modernidade: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul-PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR)**. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

MACHADO, C. B. G. **O território da pesca artesanal da colônia Z4, Barra Velha, SC: o paradoxo entre a tradição e a modernidade**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2013.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONAPE. Disponível em: <<http://www.portaldomar.org.br/sujeitos-da-mobilizacao/monape>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

VENEZIANI, M. **De pai para filho**: elogio da tradição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

**Data de submissão:** 29.04.2013

**Data de aceite:** 30.05.2014

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.